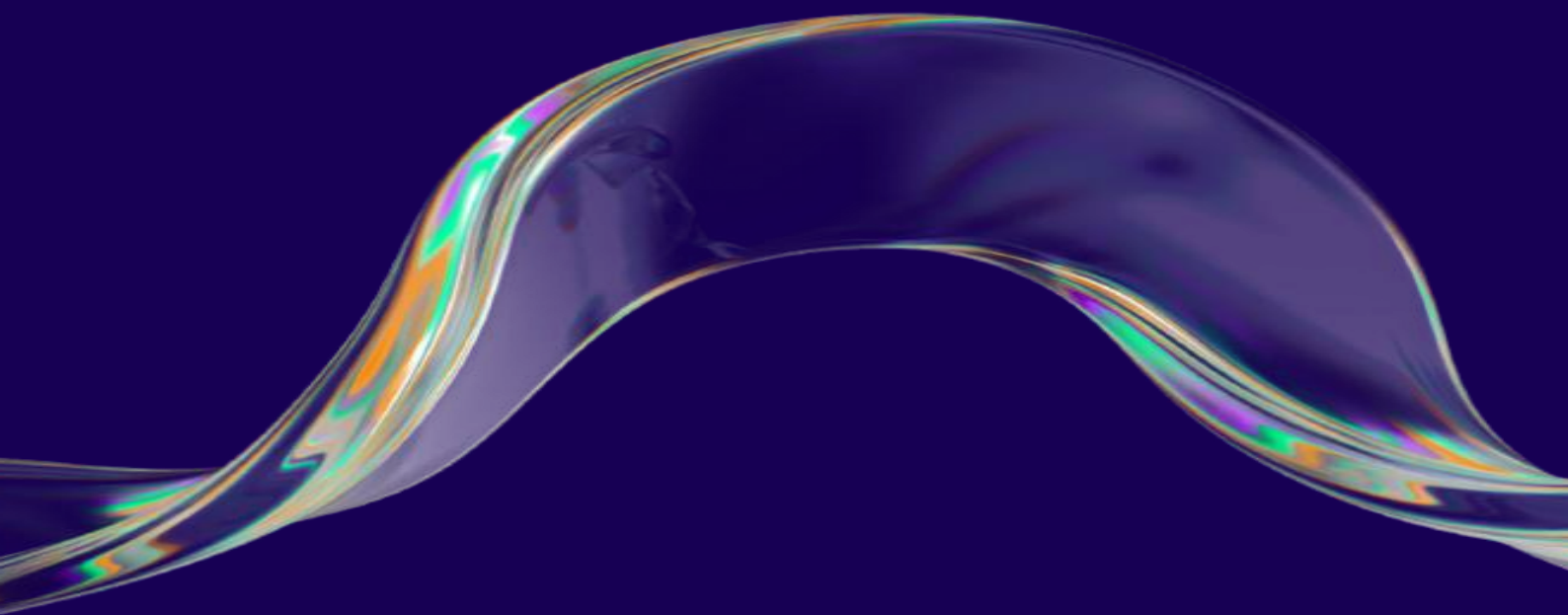


Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.



**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2025**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de São Vicente Participações
Energia Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de São Vicente Participações Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ventos de São Vicente Participações
Energia Renováveis S.A.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.




Ventos de São Vicente Participações
Energia Renováveis S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de abril de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balanco patrimonial	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1	Considerações gerais	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	13
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	14
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	15
5	Receita	15
6	Custos e despesas	16
7	Resultado financeiro líquido	17
8	Caixa e equivalentes de caixa	17
9	Aplicações financeiras	18
10	Fundo de liquidez – conta reserva	18
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros	18
12	Contas a receber de clientes	19
13	Investimentos	19
14	Imobilizado	21
15	Intangível	23
16	Financiamentos e debêntures	23
17	Provisão de ressarcimento	26
18	Provisão para litígios	28
19	Obrigações com desmobilização de ativos	28
20	Partes relacionadas	30
21	Imposto de renda e contribuição social	31
22	Patrimônio líquido	32
23	Instrumentos financeiros e gestão de risco	33

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.**Demonstração do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	256.345	228.460	-	-
Custo com energia elétrica	6	(27.000)	(21.764)	-	-
Custo com operação	6	(110.747)	(110.313)	-	-
Lucro bruto		118.598	96.383	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	6	(15.567)	(16.712)	(45)	(118)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	60	-	-	-
		(15.507)	(16.712)	(45)	(118)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		103.091	79.671	(45)	(118)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	13(a)	-	-	59.090	37.966
		-	-	59.090	37.966
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		38.065	32.208	1.947	798
Despesas financeiras		(60.105)	(63.381)	(368)	(8.192)
		(22.040)	(31.173)	1.579	(7.394)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		81.051	48.498	60.624	30.454
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	21	(20.856)	(18.044)	(429)	-
Diferidos	21	124	204	124	204
Lucro líquido do exercício		60.319	30.658	60.319	30.658

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	60.319	30.658	60.319	30.658
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	60.319	30.658	60.319	30.658

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		81.051	48.498	60.624	30.454
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	13(a)	-	-	(59.090)	(37.966)
Juros e variações monetárias		52.417	55.583	-	7.364
Depreciação e amortização	6	58.481	58.636	-	-
Baixa de imobilizado		-	477	-	-
Provisão (reversão) de ressarcimento	5	15.773	31.843	-	-
Atualização monetária sobre ressarcimento	17(c)	2.755	609	-	-
Apropriação de custos de captações	7	1.348	1.498	-	151
Rendimentos sobre fundo de reserva		(7.169)	(3.825)	-	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	2.489	2.688	-	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos		12	51	-	-
Reversão de obrigações socioambientais		-	(3.738)	-	-
		<u>207.157</u>	<u>192.320</u>	<u>1.534</u>	<u>3</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		55	3.333	-	-
Tributos a recuperar		(102)	1.038	(130)	291
Partes relacionadas		(319)	3.923	-	3.923
Demais créditos e outros ativos		1.550	3.284	2	(2)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		783	8.446	-	(1)
Tributos a recolher		(12.539)	(5.719)	(236)	(3)
Pagamento de ressarcimento	17(c)	(42.977)	-	-	-
Partes relacionadas		(4.490)	9.583	366	612
Demais obrigações e outros passivos		288	371	4	-
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		<u>149.406</u>	<u>216.579</u>	<u>1.540</u>	<u>4.823</u>
Juros pagos sobre financiamentos	16(c)	(40.009)	(51.785)	-	(7.810)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.741)	(13.340)	(144)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>100.656</u>	<u>151.454</u>	<u>1.396</u>	<u>(2.987)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(19.752)	-	(817)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		(2.746)	(11.930)	-	-
Recebimento de dividendos		-	-	128.456	11.912
Aumento (redução) de capital em controladas	13(b)	-	-	55.055	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.453)	(4.444)	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(23.951)</u>	<u>(16.374)</u>	<u>182.694</u>	<u>11.912</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de financiamentos	16(c)	(56.376)	(198.713)	-	(143.253)
Liquidação de arrendamentos		(287)	(432)	-	-
Aumento (redução) de capital	1.1.1(a)	(76.536)	139.000	(76.536)	139.000
Pagamento de dividendos		(90.745)	(8.675)	(90.745)	(8.675)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(223.944)</u>	<u>(68.820)</u>	<u>(167.281)</u>	<u>(12.928)</u>
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		<u>(147.239)</u>	<u>66.260</u>	<u>16.809</u>	<u>(4.003)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>292.956</u>	<u>226.696</u>	<u>4.371</u>	<u>8.374</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>145.717</u>	<u>292.956</u>	<u>21.180</u>	<u>4.371</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	145.717	292.956	21.180	4.371
Aplicações financeiras	9	19.852	-	817	-
Contas a receber de clientes	12	31.324	31.379	-	-
Tributos a recuperar		650	577	428	298
Dividendos a receber		-	-	14.033	9.017
Partes relacionadas	20	319	-	-	-
Outros ativos		1.195	2.745	-	2
		<u>199.057</u>	<u>327.657</u>	<u>36.458</u>	<u>13.688</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	62.423	52.508	-	-
Tributos a recuperar		29	-	-	-
		<u>62.452</u>	<u>52.508</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Investimentos	13(b)	-	-	402.487	531.924
Imobilizado	14	755.984	823.566	-	-
Intangível	15	32.790	34.133	-	-
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		28	289	-	-
		<u>788.802</u>	<u>857.988</u>	<u>402.487</u>	<u>531.924</u>
Total do ativo		<u>1.050.311</u>	<u>1.238.153</u>	<u>438.945</u>	<u>545.612</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos	16	57.463	56.095	-	-
Fornecedores		13.343	12.076	1	1
Arrendamentos		31	306	-	-
Tributos a recolher		3.101	3.525	51	2
Partes relacionadas	20	5.966	29.258	-	19.301
Dividendos a pagar	20	14.328	7.283	14.326	7.281
Provisão de ressarcimento	17	9.326	44.727	-	-
Outros passivos		3.833	3.545	4	-
		<u>107.391</u>	<u>156.815</u>	<u>14.382</u>	<u>26.585</u>
Não circulante					
Financiamentos	16	418.420	462.308	-	-
Tributos a recolher		6.397	6.397	-	-
Partes relacionadas	20	19.666	864	19.667	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	124	-	124
Obrigações com desmobilização de ativos	19	18.785	28.938	-	-
Provisão de ressarcimento	17	74.755	63.804	-	-
Outros passivos		1	-	-	-
		<u>538.024</u>	<u>562.435</u>	<u>19.667</u>	<u>124</u>
Total do passivo		<u>645.415</u>	<u>719.250</u>	<u>34.049</u>	<u>26.709</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	22	340.931	417.467	340.931	417.467
Reservas de lucros		63.965	101.436	63.965	101.436
Total do patrimônio líquido		<u>404.896</u>	<u>518.903</u>	<u>404.896</u>	<u>518.903</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.050.311</u>	<u>1.238.153</u>	<u>438.945</u>	<u>545.612</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Reserva de lucros				Patrimônio Líquido	
		Capital social	Reserva de investimentos	Reserva Legal	Retenção		Lucros Acumulados
Em 1º de janeiro de 2024		278.467	-	9.576	68.465	-	356.508
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	30.658	30.658
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	30.658	30.658
Demais mutações patrimoniais do exercício							
Aumento de capital		139.000	-	-	-	-	139.000
Destinação do resultado do exercício							
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	26.026	-	(26.026)	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	1.533	-	(1.533)	-
Reversão de dividendos anteriores		-	-	-	18	-	18
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(7.281)	(7.281)
Retenção de lucros		-	-	-	21.844	(21.844)	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		139.000	26.026	1.533	(4.164)	(30.658)	131.737
Em 31 de dezembro de 2024		417.467	26.026	11.109	64.301	-	518.903
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	60.319	60.319
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	60.319	60.319
Demais mutações patrimoniais do exercício							
Redução de capital	1.1.1(a)	(76.536)	-	-	-	-	(76.536)
Destinação do resultado do exercício							
Constituição de reserva estatutária de investimento	22(c)	-	42.977	-	-	(42.977)	-
Constituição de reserva legal	22(c)	-	-	3.016	-	(3.016)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22(c)	-	-	-	-	(14.326)	(14.326)
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	(41.007)	-	(42.457)	-	(83.464)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		(76.536)	1.970	3.016	(42.457)	(60.319)	(174.326)
Em 31 de dezembro de 2025		340.931	27.996	14.125	21.844	-	404.896

1 Considerações gerais

A Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo que foi constituída em 22 de dezembro de 2011.

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, por meio de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

A Companhia é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas na cidade de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Piauí I, com capacidade instalada total de 205,8 MWh, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eólio - elétrica (EOL)	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Energia assegurada por MWh/Ano	Início da concessão	Término da concessão
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 08	75/2016	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 09	76/2016	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 10	77/2016	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 11	78/2016	29,4	131.400	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 12	79/2016	29,4	131.400	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 13	80/2016	29,4	134.904	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 14	81/2016	29,4	134.028	10/03/2016	10/03/2051

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Redução de capital

Em 31 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado a redução de capital social da Companhia no montante de R\$ 76.536, mediante o cancelamento de 56.692.604 ações ordinárias passando o capital social de R\$ 417.467 (dividido em 382.977.199 ações ordinárias) para R\$ 340.931 (dividido em 326.284.595 ações ordinárias).

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações das controladas da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia e suas controladas continuarão monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (“IFRIC *Interpretations*”) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (“SIC *Interpretations*”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 06 de abril de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas é o Real (“R\$”).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

As controladas da Companhia possuem participação e controlam em conjunto o Consórcio Ventos do Piauí (“Consórcio”).

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

(c) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	2025 e 2024		Localização	Atividade principal
	Capital total	Capital votante		
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	100,00%	100,00%	São Paulo-Brasil	Holding
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A (i)	84,96%	84,96%	Piauí-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	100,00%	100,00%	Piauí-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	100,00%	100,00%	Piauí-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	100,00%	100,00%	Piauí-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A (i)	77,36%	77,36%	Piauí-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	100,00%	100,00%	Piauí-Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí	100,00%	100,00%	Piauí-Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns

(i) Para fins de consolidação são considerados os percentuais de 100% de participação societária, visto que a Companhia é detentora da totalidade de ações ordinárias de suas controladas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025

A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis não adotadas pela Companhia e suas controladas

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “own use” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “hedge accounting” para certos PPAs que não atendam a exceção de “own use”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standard Board (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta contábil
14	Imobilizado
15	Intangível
17	Provisões de ressarcimento
18	Provisão para litígios
19	Obrigações com desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Leilão de Energia: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2025	Consolidado 2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Leilão de Energia Nova (LEN)		246.914	241.280
Partes relacionadas	20	30.179	23.748
Provisão de ressarcimento	17 (c)	(15.773)	(31.843)
Energia de curto prazo – CCEE		(4.358)	1.701
		1.904	234.886
Outras receitas			
Venda crédito de carbono - partes relacionadas	20		2.739
		2.432	237.625
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(8.494)	(8.251)
ICMS sobre receitas operacionais		(4)	(65)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(813)	(849)
		(9.311)	(9.165)
Receita líquida		256.345	228.460

6 Custos e despesas

	Custo com energia elétrica		Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2025 Total	Consolidado 2024 Total
Energia comprada	(17.342)	-	-	-	(17.342)	(12.413)
Encargos de uso da rede elétrica	(9.658)	-	-	-	(9.658)	(9.351)
Depreciação e amortização	-	(57.701)	(780)	-	(58.481)	(58.636)
Pessoal	-	(192)	(9.749)	-	(9.941)	(10.405)
Pessoal	-	(192)	(9.749)	-	(9.941)	(10.405)
Materiais	-	(222)	(480)	-	(702)	(592)
Materiais	-	(222)	(480)	-	(702)	(592)
Serviços	-	(46.194)	(4.021)	-	(50.215)	(49.142)
Serviços de operação e manutenção	-	(42.379)	-	-	(42.379)	(41.600)
Serviços de terceiros	-	(3.151)	(3.728)	-	(6.879)	(5.105)
Serviços de manutenção e conservação	-	(664)	(293)	-	(957)	(2.437)
Outros	-	(6.438)	(537)	-	(6.975)	(8.250)
Aluguéis e arrendamentos	-	(3.646)	(164)	-	(3.810)	(4.316)
Seguros	-	(2.227)	(26)	-	(2.253)	(3.110)
Impostos, taxas e contribuições	-	(307)	(155)	-	(462)	(420)
Outros custos e despesas líquidas	-	(258)	(192)	-	(450)	(404)
Demais (despesas) receitas	-	-	-	60	60	-
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	60	60	-
	(27.000)	(110.747)	(15.567)	60	(153.254)	(148.789)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		31.848	30.879	2.009	796
Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas		-	11	-	11
Juros sobre ativos financeiros		35	55	33	29
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(95)	(38)	(95)	(38)
Realização da atualização monetária do ressarcimento		6.236	-	-	-
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	17(c)	41	1.301	-	-
		<u>38.065</u>	<u>32.208</u>	<u>1.947</u>	<u>798</u>
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos	16(c)	(39.938)	(47.402)	-	(3.735)
Atualização monetária sobre financiamentos	16(c)	(12.579)	(8.181)	-	(3.629)
Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas		(366)	(611)	(366)	(611)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	17(c)	(2.796)	(1.910)	-	-
Apropriação dos custos de captações	16(c)	(1.348)	(1.498)	-	(151)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	19	(2.489)	(2.688)	-	-
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		(12)	(21)	-	-
Outras despesas financeiras		(577)	(1.070)	(2)	(66)
		<u>(60.105)</u>	<u>(63.381)</u>	<u>(368)</u>	<u>(8.192)</u>
		<u>(22.040)</u>	<u>(31.173)</u>	<u>1.579</u>	<u>(7.394)</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os CDBs e Operações Compromissadas possuem taxa de remuneração média de 96,98% do CDI (97,40% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa				
Caixa e bancos	8.134	7.111	78	101
	<u>8.134</u>	<u>7.111</u>	<u>78</u>	<u>101</u>
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	118.772	274.385	3.752	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	18.811	11.460	17.350	4.270
	<u>137.583</u>	<u>285.845</u>	<u>21.102</u>	<u>4.270</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>145.717</u>	<u>292.956</u>	<u>21.180</u>	<u>4.371</u>

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren, além de outros fundos. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 96,98% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	1.470	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	18.382	-	817	-
	19.852	-	817	-

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração média de 93,28% do CDI.

	Consolidado	
	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva		
Não circulante	62.423	52.508
	62.423	52.508

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren e ao fundo Santander Centralizadora. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	227.992	345.464	21.997	4.371
	227.992	345.464	21.997	4.371

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

12 Contas a receber de clientes**Política contábil**

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Leilão de Energia Nova (LEN)	28.390	27.719
Partes relacionadas (Nota 20)	2.934	3.660
	31.324	31.379

(b) Vencimento contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	30.500	28.790
Vencidos até 3 meses	824	2.589
	31.324	31.379

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

13 Investimentos**Política contábil**

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

	Controladora							
	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial			
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)			Saldo	
					2025	2024	2025	2024
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	49.323	8.717	100,00	100,00	8.717	5.687	49.323	77.679
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	65.295	9.835	100,00	100,00	9.835	5.239	65.299	73.052
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	52.726	6.617	100,00	100,00	6.617	4.634	52.726	74.680
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	52.512	8.469	100,00	100,00	8.469	6.727	52.512	81.055
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	60.843	8.475	100,00	100,00	8.475	5.328	60.843	77.381
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	56.653	7.829	100,00	100,00	7.829	5.087	56.653	75.684
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	65.127	9.148	100,00	100,00	9.148	5.264	65.131	72.393
					59.090	37.966	402.487	531.924

(b) Movimentação

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	531.924	502.975
Equivalência patrimonial	59.090	37.966
Dividendos adicionais deliberados	(119.439)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(14.033)	(9.017)
Redução de capital	(55.055)	-
Saldo no final do exercício	402.487	531.924

14 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 19 – Obrigações com desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia não identificaram indícios de *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

								Consolidado	
	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício (ii)									
Custo	1.113.358	53.059	48.549	12.079	179	566	2.132	1.229.922	1.228.368
Depreciação acumulada	(374.744)	(15.586)	(11.801)	(3.849)	(54)	(322)	-	(406.356)	(349.428)
Saldo líquido no início do exercício	738.614	37.473	36.748	8.230	125	244	2.132	823.566	878.940
Adições	-	-	-	-	-	-	1.938	1.938	5.769
Substituição de itens em garantia	-	-	-	-	-	-	-	-	(475)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.740)
Depreciação	(52.602)	(2.402)	(1.676)	(150)	(11)	(37)	-	(56.878)	(56.928)
Remensurações (i)	-	-	-	(12.642)	-	-	-	(12.642)	-
Transferências	(4.561)	1.777	-	4.562	-	14	(1.792)	-	-
Saldo no final do exercício	681.451	36.848	35.072	-	114	221	2.278	755.984	823.566
Custo	1.108.797	54.836	48.549	3.999	179	580	2.278	1.219.218	1.229.922
Depreciação acumulada	(427.346)	(17.988)	(13.477)	(3.999)	(65)	(359)	-	(463.234)	(406.356)
Saldo líquido no final do exercício	681.451	36.848	35.072	-	114	221	2.278	755.984	823.566
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,0%	5,0%	3,0%	3,0%	6,0%	14,0%			

(i) Em 30 de setembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou na redução do provisionado no passivo de R\$ 12.642 (Nota 19), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.

(ii) Os saldos de custo de servidão estão classificados na nota de intangível.

15 Intangível

Política contábil

Direitos de exploração de recursos naturais

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo do período de autorização.

Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos *softwares* são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado					
	Custo de servidão	Softwares	Direitos de exploração e de recursos naturais	Intangível em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício (i)						
Custo	339	178	44.761	378	45.656	45.278
Amortização acumulada	(74)	(154)	(11.295)	-	(11.523)	(10.205)
Saldo líquido no início do exercício	265	24	33.466	378	34.133	35.073
Adições	-	-	-	-	-	378
Amortização	(10)	(85)	(1.248)	-	(1.343)	(1.318)
Transferências	-	378	-	(378)	-	-
Saldo no final do exercício	255	317	32.218	-	32.790	34.133
Custo	339	556	44.761	-	45.656	45.656
Depreciação acumulada	(84)	(239)	(12.543)	-	(12.866)	(11.523)
Saldo líquido no final do exercício	255	317	32.218	-	32.790	34.133
Taxas médias anuais de amortização - %	3,0%	3,0%	5,0%			

16 Financiamentos e debêntures

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

										2025
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDES	TJLP + 2,18%	57.137	(1.348)	1.674	57.463	428.527	(10.107)	418.420	475.883	405.603
		57.137	(1.348)	1.674	57.463	428.527	(10.107)	418.420	475.883	405.603

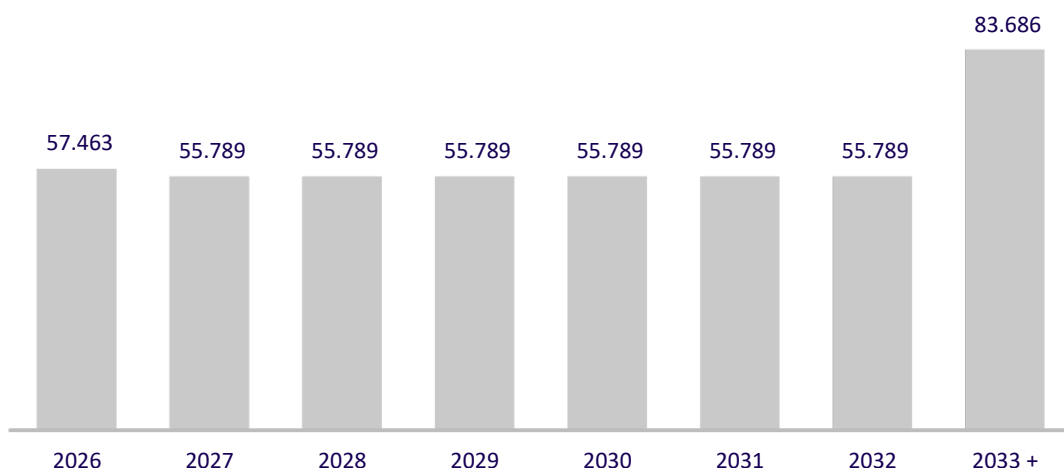
										2024
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDES	TJLP + 2,06%	55.737	(1.348)	1.706	56.095	473.762	(11.454)	462.308	518.403	409.654
		55.737	(1.348)	1.706	56.095	473.762	(11.454)	462.308	518.403	409.654

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perfil de vencimento consolidado



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	518.403	711.820	-	143.548
Provisões de juros (Nota 7)	39.938	47.402	-	3.735
Atualização monetária (Nota 7)	12.579	8.181	-	3.629
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	1.348	1.498	-	151
Juros pagos (Nota 7)	(40.009)	(51.785)	-	(7.810)
Liquidações	(56.376)	(198.713)	-	(143.253)
Saldo no final do exercício	475.883	518.403	-	-

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela Votorantim S.A. e Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras incluem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

17 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia". A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER): Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

Contratos de Leilão de Energia Nova (LEN): Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, as controladas da Companhia receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER): Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) E uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD – preço de liquidação das diferenças sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais a partir de novembro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos de Leilão de Energia Nova (LEN): Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

	2025			Consolidado
	Anual	Quadrienal	Total	Total
Saldo no início do exercício	9.821	98.709	108.530	76.079
Provisão (reversão)	(717)	16.490	15.773	31.843
Pagamentos (i)	-	(42.977)	(42.977)	-
Atualização monetária (Nota 7)	471	2.284	2.755	609
Saldo no final do exercício	9.575	74.506	84.081	108.531
Circulante	9.326	-	9.326	44.727
Não Circulante	249	74.506	74.755	63.804
	9.575	74.506	84.081	108.531

(i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, período denominado “provisório” do *constrained-off*.

Os pagamentos dos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 devido à falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos do período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo”.

Em 19 de maio de 2025, a CCEE divulgou o Comunicado 372/2025 estabelecendo o cronograma de operacionalização das recontabilizações e ressarcimentos associados ao *constrained-off* para usinas eólicas, referente ao período “definitivo”, que ocorrerão de julho de 2025 a dezembro de 2026. Desta forma, as controladas da Companhia realizaram a reclassificação dos montantes vencidos acima de 12 meses para o passivo não circulante.

18 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem apenas processos de natureza cíveis com prognósticos de perda possível, no montante atualizado dos processos de R\$ 37 (R\$ 35 apenas processos de natureza cíveis em 31 de dezembro de 2024).

19 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
			2025	2024
Saldo no início do exercício	364.995	(336.057)	28.938	29.988
Remensuração (i)	(285.180)	272.538	(12.642)	-
Reversão	-	-	-	(3.738)
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	2.489	2.489	2.688
Saldo no final do exercício	79.815	(61.030)	18.785	28.938
Não circulante	79.815	(61.030)	18.785	28.938
	79.815	(61.030)	18.785	28.938

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos. Os custos estimados passaram a ser atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de forma mais adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas associadas às projeções de longo prazo. O saldo do passivo foi descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem projeção futura de IPCA e sem prêmio de risco. Essa atualização resultou na redução da taxa de desconto aplicada e, conseqüentemente, no aumento do valor do passivo de desmobilização de ativos.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Partes relacionadas

Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Consolidado

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras		Resultado financeiro	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes - Vendas (Nota 12)										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	225	137	-	-	9.171	4.212	-	-	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	776	742	-	-	7.715	7.389	-	-	-	-
Citrosuco S.A. Agroindústria	1.933	2.781	-	-	15.725	14.886	-	-	-	-
	2.934	3.660	-	-	32.611	26.487	-	-	-	-
Alienação de participação de investidas (i)										
Citrosuco S.A. Agroindústria	-	-	19.666	19.301	-	-	-	-	(366)	(600)
	-	-	19.666	19.301	-	-	-	-	(366)	(600)
Fornecedores - compras										
Votorantim S.A.	-	-	100	110	-	-	(1.357)	(1.354)	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	192	103	-	-	(7.301)	(4.012)	-	-
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	324	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	616	213	-	-	(8.658)	(5.366)	-	-
Repasso de custos partes relacionadas (ii)										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	692	1.202	-	-	(1.380)	(1.202)	-	-
Auren Energia S.A.	-	-	4.714	7.117	-	-	(7.954)	(7.117)	-	-
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	560	1.638	-	-	(1.346)	(1.638)	-	-
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	-	864	-	-	-	(3.311)	-	-
	-	-	5.966	10.821	-	-	(10.680)	(13.628)	-	-
Dividendos a pagar										
Auren Energia S.A.	-	-	14.326	7.281	-	-	-	-	-	-
Citrosuco S.A. Agroindústria	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-
	-	-	14.328	7.283	-	-	-	-	-	-
	2.934	3.660	40.576	37.618	32.611	26.487	(19.338)	(18.634)	(366)	(600)

(i) Refere-se à operação da alienação de participação nas controladas Ventos de Santa Albertina e Ventos de São Adeodato, ocorrida em 2020. Os saldos encontram-se atualizados a valor presente, calculados por uma taxa de desconto livre de risco baseada na inflação do país, projetada para o período.

(ii) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

21 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a holding apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. A Companhia apenas registra diferido passivo sobre diferenças temporárias.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora	
	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	60.624	30.454
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(20.612)	(10.354)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	20.091	12.909
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	194	(2.325)
Outras adições permanentes, líquidas	22	(26)
IRPJ e CSLL apurados	(305)	204
Correntes	(429)	-
Diferidos	124	204
IRPJ e CSLL no resultado	(305)	204

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício do consolidado apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2025			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais) (i) (ii)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	242.522	242.522	38.603	38.603
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	19.402	29.103	38.603	38.603
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	4.682	2.620	9.652	3.473

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	234.886	234.886	2.739	2.739	31.410	31.410
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	18.791	28.186	876	876	31.410	31.410
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	4.530	2.537	219	79	7.852	2.827

- (i) Neste montante, está contemplado a parcela de realização da atualização monetária de ressarcimento.
- (ii) Com a publicação da Lei nº 15.042/2024, as receitas de crédito de carbono e I-REC passaram a ser tributadas sem a aplicação de presunção de 32%, prevalecendo a receita bruta total. Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as receitas de crédito de carbono estão sendo apresentadas como “Outras receitas”.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 340.931 (R\$ 417.467 em 31 de dezembro de 2024), composto por 326.284.595 (382.977.199 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias e sem valor nominal.

Conforme mencionado na Nota 1, o único acionista da Companhia é a Auren.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 14.326 (R\$ 7.281 em 31 de dezembro de 2024), reconhecido em dividendos a pagar.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	60.319	30.658
	60.319	30.658
Reserva legal - 5%	(3.016)	(1.533)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	57.303	29.125
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	(14.326)	(7.281)
(=) Saldo de lucros acumulados	42.977	21.844
(-) Reserva de investimentos	(42.977)	(21.844)
(=) Saldo	-	-

23 Instrumentos financeiros e gestão de risco

23.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nível	2025	2024	2025	2024
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 12)		31.324	31.379	-	-
Partes relacionadas		319	-	-	-
		<u>31.643</u>	<u>31.379</u>		
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	137.583	285.845	21.102	4.270
Aplicações financeiras (Nota 9)	1	19.852	-	817	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota 10)	1	62.423	52.508	-	-
		<u>219.858</u>	<u>338.353</u>	<u>21.919</u>	<u>4.270</u>
		<u>251.501</u>	<u>369.732</u>	<u>21.919</u>	<u>4.270</u>
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos (ii) (Nota 16)		475.883	518.403	-	-
Arrendamentos		31	306	-	-
Fornecedores		13.343	12.076	1	1
Partes relacionadas (Nota 20)		25.632	30.122	19.667	19.301
		<u>514.889</u>	<u>560.907</u>	<u>19.668</u>	<u>19.302</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 16.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

23.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental e (e) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos (i)	91.592	170.454	152.493	223.451	637.990
Fornecedores	13.343	-	-	-	13.343
Arrendamentos (i)	31	-	-	-	31
Partes relacionadas (Nota 20)	5.966	19.666	-	-	25.632
	110.932	190.120	152.493	223.451	676.996
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	93.955	174.979	157.542	289.924	716.400
Fornecedores	12.076	-	-	-	12.076
Arrendamentos (i)	306	-	-	-	306
Partes relacionadas (Nota 20)	29.258	864	-	-	30.122
	135.595	175.843	157.542	289.924	758.904

	Controladora			Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos		
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	1	-	-	1
Partes relacionadas (Nota 20)	-	19.667	-	19.667
	1	19.667		19.668
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	1	-	-	1
Partes relacionadas (Nota 20)	19.301	-	-	19.301
	19.302			19.302

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido a limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(g) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundo de liquidez – conta reserva, financiamentos e debêntures é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

			Consolidado					
			Impactos no resultado					
			Cenário I		Cenários II & III			
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras a e conta reserva	219.858	-72,92 bps*	(1.603)	(8.190)	(16.379)	8.190	16.379
TJLP 9,07%	Financiamentos (i)	487.338	11 bps*	(536)	11.050	22.101	(11.050)	(22.101)

			Controladora					
			Impactos no resultado					
			Cenário I		Cenários II & III			
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras a e conta reserva	21.919	-72,92 bps*	(160)	(816)	(1.633)	816	1.633

(i) Valores não contemplam custos de captação.

*basis point